

Claro. Segue um resumo estruturado da PEC proposta:

Resumo da PEC Nº 48/2025

Objetivo Central: Alterar a Constituição Federal para coibir a propagação de desinformação ("fake news") e a incitação à ruptura da ordem democrática por parte de líderes religiosos, sem ferir a liberdade religiosa legítima.

Principais Alterações Propostas:

1. **Limites à Liberdade Religiosa (Art. 5º, VIII):**
 - a. Estabelece que a liberdade de crença **não protege**:
 - i. a) A divulgação intencional de informações falsas que ameacem a saúde pública, a segurança nacional ou as instituições democráticas.
 - ii. b) A incitação, o financiamento ou o apoio a golpes de Estado e à ruptura da ordem constitucional.
2. **Perda de Imunidade Tributária (Art. 37):**
 - a. Líderes religiosos de entidades com imunidade tributária poderão **perder esse benefício** se cometerem crimes previstos no Código Penal, na Lei de Segurança Nacional ou na Lei de Fake News, desde que a condenação seja definitiva (transitada em julgado).
3. **Vedação de Incitação às Forças Armadas (Art. 142):**
 - a. Proíbe expressamente que **qualquer pessoa**, incluindo líderes religiosos, incite membros das Forças Armadas à desobediência hierárquica ou à intervenção política fora dos marcos constitucionais.

Fundamentação Jurídica e Mecanismos:

- **Base Legal Existente:** A PEC não cria novos tipos penais, mas vincula a conduta de líderes religiosos a leis já vigentes:
 - o Código Penal (incitação ao crime, atentado contra a democracia).
 - o Lei de Segurança Nacional (ações contra a ordem democrática).
 - o Lei das Fake News (divulgação massiva de falsidades).
- **Consequências Práticas:**
 - o Líderes religiosos poderão ser processados criminalmente.
 - o As entidades religiosas podem perder a imunidade tributária.
 - o Outras penas podem incluir multas, inelegibilidade (Lei da Ficha Limpa) e prisão.

- **Exemplo de Aplicação:** Um pastor que, em vídeo, incentive o fechamento do STF poderá ser enquadrado nos artigos do Código Penal e da Lei de Segurança Nacional.

Pontos de Destaque e Contrapesos:

- **Não é Perseguição Religiosa:** A PEC não visa a discursos teológicos ou doutrinários, mas sim a **atos ilícitos** já tipificados em lei.
- **Universalidade:** Aplica-se a **qualquer líder religioso** (evangélicos, católicos, espíritas, etc.), garantindo igualdade perante a lei.
- **Devido Processo Legal:** A punição, inclusive a perda da imunidade, exige **decisão judicial definitiva**, assegurando o direito amplo de defesa do acusado.

Conclusão da Proposta: A PEC busca harmonizar o direito fundamental à liberdade religiosa com a necessidade de proteger o Estado Democrático de Direito, utilizando instrumentos jurídicos já consolidados para responsabilizar líderes religiosos que cometam abusos.